

LINGUAGEM E IDEOLOGIA*

Michel Lahud
UNICAMP

Tanto o conceito de linguagem quanto o de ideologia recobrem uma enorme gama de fenômenos diversos e qualquer decisão preliminar de se restringir a aplicação de algum desses dois conceitos a apenas um determinado tipo de fenômenos corre risco de ser tachado de "ideológico", em algum dos sentidos da palavra. Aceitarei portanto, de início, a sobredeterminação desses conceitos, reconhecendo assim a possibilidade da relação entre linguagem e ideologia ser tematizada em vários níveis distintos. Não terei aqui a mínima intenção de proceder ao inventário dessas possibilidades, mas apenas de, percorrendo muito superficialmente algumas delas, chamar a atenção para um determinado esquema conceitual, que tem aparecido com certa recorrência nas diferentes abordagens possíveis do problema. É esse esquema, a meu ver extremamente problemático sobretudo por suas decorrências de ordem política, que gostaria de trazer aqui à discussão.

* Texto apresentado à XXIX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (São Paulo, 1977).

Tomemos para primeiro exemplo a célebre hipótese conhecida como sendo de Sapir/Whorf, mas em sua versão radical. Essa precisão é importante na medida em que é altamente contestável a assimilação das posições de Whorf às de Sapir, cabendo mais a algumas formulações do primeiro a responsabilidade pelas teses que têm sido mais comumente associadas à teoria do "relativismo linguístico". O que assim vem sendo rotulado tem por postulado central que a língua de uma comunidade dada, que pensa e fala nessa língua, é o organizador de sua experiência, o criador de uma imagem determinada de sua "realidade", pois ela contém uma visão específica do mundo, que, por conseguinte, é imposta e transmitida por ela própria aos membros dessa comunidade. Como se está supondo aqui propriedades, digamos, epistêmicas inerentes à própria língua, e como os homens empregam línguas morfológica, sintática e semanticamente distintas, fica autorizado, então, que a análise das diferenças entre as visões sociais do mundo se faça sempre a partir da análise das diferenças entre as organizações internas dos próprios sistemas linguísticos que lhes servem de suporte. Considerando-se então o relativismo linguístico como um exemplo de tratamento da relação linguagem/ideologia, pode-se, na verdade, dizer que nele essa relação se apresenta na forma de uma redução: o ideológico - aqui tomado no sentido bem genérico e pouco preciso de "visão do mundo" - se encontra, por assim dizer, totalmente absor-

vido no lingüístico, e qualquer transformação relevante, segundo esse ponto de vista, na imagem da realidade deve vir necessariamente acompanhada - e na qualidade de foco originário - de uma transformação no sistema de uma língua.

Deixemos aqui de lado as críticas particulares que podem ser e têm sido freqüentemente endereçadas a essa hipótese e salientemos apenas que ela objetiva, no interior da linguagem, a unidade língua, entendida essencialmente como um sistema de diferenças. A correlação linguagem/ideologia pode, no entanto, ser tratada a partir de um ponto de vista lingüístico, menos interessado nas diferenças entre as línguas do que nas propriedades comuns a todas. A língua deixa assim de ser o objeto enfocado e a comparação entre diferentes sistemas de uma mesma espécie cede lugar à contraposição de diferentes tipos de linguagem, com base nos traços universais que definem, diferencialmente, cada "sistema simbólico" em geral. Se mantido, nessa outra perspectiva, o pressuposto de que é a própria organização interna da língua responsável pela forma de organização da "realidade", a cada tipo de linguagem deve, então, corresponder uma espécie particular de organização da experiência, cujas características diferenciais seriam determinadas pelos universais específicos dos sistemas simbólicos considerados. Se "ideologia" for agora tomado no sentido mais habitual de saber que só se define por oposição ao conheci

mento de tipo científico, percebe-se que o esquema ora apresentado exige que essa oposição seja expressa e caracterizada a partir da oposição entre dois tipos de linguagem, cujos universais diferenciais seriam responsáveis pelas qualidades epistêmicas específicas dos diferentes saberes a que essas linguagens dão forma. Terreno favorável à tentação formalista; mas também, e ao mesmo tempo, propício a certas manifestações humanistas dos privilégios e poderes da linguagem ordinária.

Porém não é nem ao nível da linguagem propriamente dita, nem ao nível da língua, que tem sido mais frequentemente tematizado o problema da relação entre linguagem e ideologia. Na literatura sociolinguística, em particular, as análises quase sempre incidem sobre a unidade dialeto ou variante de uma dada língua. Como as diferentes maneiras de falar uma determinada língua são conectadas à diferenciação entre grupos e classes sociais é claro que há todo um regime de valoração envolvendo essas variações. Mas a passagem se faz muito facilmente da constatação de exigência efetiva de um jogo social de valores afetando os diferentes falares para a assimilação desses valores à própria organização linguística dessas variantes. O feio e o bonito, o certo e o errado, o lógico e o não lógico, mas também o reacionário e o progressista ou o libertário passam, assim, a ser tomados como uma espécie de virtudes internas à própria linguagem, embora, obviamente, haja diferenças na

distribuição dessas qualidades entre as variantes, em função do ponto de vista de grupo ou de classe social a partir do qual essa distribuição é feita.

O que há de comum a esses três casos de abordagem em níveis diferentes do problema da relação entre linguagem e ideologia é, então, justamente essa atribuição de qualidades ou virtudes, sejam elas éticas, estéticas, políticas ou epistêmicas, aos diversos fenômenos lingüísticos enquanto tais. Ou melhor, a absorção do "ideológico", em qualquer sentido do termo, pelo esstritamente lingüístico. É isso que torna possível a valorização de uma determinada língua (ou família lingüística) como sendo em si mesma mais "lógica", "racional" do que outra; a apologia de uma determinada linguagem como sendo naturalmente mais adequada para a expressão da verdade, mais "objetiva" do que outras; a afirmação de que uma língua qualquer é mais propícia à filosofia ou à literatura do que uma outra; a valorização de um dialeto como mais correto em si do que outros ou de algum outro como sendo o mais revolucionário, vale dizer, o mais conforme à Verdade histórica (em letras maiúsculas).

Pude recentemente observar esse esquema operando implicitamente no debate que se seguiu à conferência de um coelga sobre "linguagem e estratificação social", onde uma assistência composta quase que exclusivamente de negros procedia à defesa acalorada da variante

culta do português falado no Brasil, pelo fato de suas supostas virtudes interiores a tornarem instrumento in prescindível de expressão da história verdadeira do negro brasileiro. Mas é também de idêntico preconceito que se trata quando, inversamente, o falar culto é estigmatizado simplesmente a partir de uma espécie de populismo lingüístico, folclorizador dos dialetos populares e do falar de grupos marginais, que desemboca tão somente na mera "curtição". Ou ainda quando certos comunicólogos, excitados, opõem à pretensa limitação de recursos de uma linguagem linearmente organizada os poderes quase sobre naturais dos meios de comunicação de massa - para dar apenas alguns exemplos.

Contra esse preconceito a moderna lingüística aponta insistentemente para a impossibilidade de se extrair do estritamente lingüístico qualquer critério de valorização de determinadas línguas em relação a outras, de determinada variante em relação a outras, etc. Toda língua, todo dialeto dispõe de recursos necessários à transmissão de qualquer conteúdo que o grupo queira exprimir, não sendo, portanto, possível vincular as razões do maior ou menor prestígio efetivo de certas línguas, de determinada linguagem, de certa variante a alguma propriedade particular do sistema lingüístico, mas apenas ao sistema social e ao aparelho institucional que servem de suporte à prática da linguagem.

Poder-se-ia, então, crer que o desenvolvi-

mento da linguística teria imunizado os círculos pensantes do preconceito aqui em foco, cabendo atualmente a apenas essa triste figura que é o "homem comum" o papel de sua vítima. Suas raízes porém parecem bem mais profundas: quando se pensa tê-lo extirpado, eis que ele ressurge, com nova roupagem, alí onde menos se espera. No Collège de France, por exemplo, e com grandes pompas num discurso repleto de alusões e pretensões vanguardistas... Refiro-me aqui à aula inaugural de Roland Barthes de 6 de janeiro do corrente ano, na cadeira de "Semiologia literária", e à tese alí apresentada, segundo a qual "a língua é fascista".

O raciocínio de Barthes é bastante simples: a língua, começa ele, é o objeto no qual o poder se inscreve. Além disso, um idioma se define por aquilo que obriga a dizer e não pelo que permite dizer: toda língua é uma classificação e toda classificação é opressiva. Como o fascismo, diz ainda Barthes, não consiste em impedir de dizer mas em obrigar a dizer, logo a língua, e toda língua, é simplesmente fascista.

Notemos, primeiro, que a principal premissa de que parte Barthes já está contida, por exemplo, nos textos de um Whorf. Este já havia afirmado que a língua coage o indivíduo a certos modos de interpretação, mesmo quando ele pensa estar agindo de modo inteiramente livre; que os decretos da língua vigoram de maneira absoluta.

luta e que não se pode falar se não se subscreve à organização e à classificação dos dados que a convenção de creta. Barthes, portanto, nada mais faz do que, partindo dessa mesma suposição, retirar-lhe toda nuance possível: alí onde há decretos, alí onde existe legislação que o brigue, seja ela qual for, alí o fascismo estará instalado.

Se toda língua é fascista porque classifica, estaria então a democracia relegada a uma espécie de transparência pré-lingüística ou a um misticismo trans-lingüístico qualquer? Estaria o falecido Bergson sendo aqui recuperado, mas numa versão romântica? A resposta é encontrável no próprio Barthes: "A nós - diz ele - que não somos nem cavaleiros da fé nem superhomens, resta-nos apenas, se posso dizer assim, trapacear com a língua. Essa trapaça salutar, essa fuga, essa fraude magnífica que permite que se ouça a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo: literatura"

Reaparece assim claramente aquele esquema conceitual para o qual pretendi aqui chamar a atenção. Conferindo propriedades ideológicas à língua enquanto tal, Barthes acaba opondo-lhes uma determinada prática lingüística, que passa assim a ser valorizada em si mesma, por sua vocação subversiva intrínseca. Ou melhor, Barthes, como se pode constatar, está contrapondo não a língua propriamente dita de um lado, e algo que não se

ja da ordem do lingüístico do outro, mas na verdade dois tipos de uso da língua: um uso passivo, automático, submisso a suas determinações gramaticais e outro, o "literário", criativo, insubordinado porque em ruptura permanente com os padrões, digamos, do "jogo informacional" da linguagem. Mas assim procedendo, e identificando os mecanismos do poder com sua inscrição na língua, Barthes, como todos aqueles que operam análogas reduções, acaba limitando o campo de combate ideológico à esfera do estritamente lingüístico: "é no interior da própria língua que a língua deve ser combatida", diz Barthes. Mas, e se o poder exercido pela linguagem não fosse um poder da própria linguagem? E se a natureza das lutas e o sistema de dominação que sempre acompanham qualquer prática de linguagem não fossem determinadas por características inerentes a essa última, mas por todo um jogo de relações extra-lingüísticas que, com base num suporte institucional bem determinado, definem um certo número de regras de controle, seleção, distribuição e organização dessa prática? Em suma, e se a razão estivesse com Foucault que mostrou, também numa aula inaugural do Collège de France, como a relação entre a linguagem e o poder passa pelo discurso, entendido como categoria que engloba um conjunto de fatos lingüísticos e extra-lingüísticos ?

Talvez o que esteja sendo proposto aqui para discussão não passe de pura trivialidade. Porém, parece haver determinadas circunstâncias em que certas tri

vialidades merecem ser invocadas. Circunstâncias que se constituem elas próprias em contra-evidências para certas proposições teóricas, por mais sofisticadas que estas se pretendam. É que se Nietzsche tem razão em afirmar que "há mais linguagens do que se pensa", é preciso também dizer que ele mesmo nos ensina que há mais poderes do que se costuma pensar. E lembrar que, se hoje estamos aqui reunidos, é porque, penso eu, acreditamos que o combate ideológico, embora se faça pela linguagem, pode ser conduzido independentemente do questionamento de qualquer sistema interno de classificações propriamente lingüísticas. Além disso, todos nós sabemos que a SBPC é uma espécie de "sociedade de discurso" no sentido de Foucault, isto é, uma sociedade cuja função consiste em produzir discursos, mas para fazê-los circular num espaço fechado e distribuí-los segundo regras estritas; que o discurso é aqui controlado por certos procedimentos que condicionam a entrada na ordem do discurso à satisfação de certas exigências e à posse de determinadas qualificações. Um complexo sistema de divisões rege suas reuniões - sócio/não sócios; inscritos/não inscritos; expositores/debatedores/assistentes; mesas redondas/ simpósios/conferências/comunicações; etc. - fixando a posição de cada participante, determinando os gestos, atitudes e todos os signos que acompanham o discurso, e condicionando a forma deste, sua duração e seus efeitos sobre aqueles a quem ele está sendo endereçado. E no entanto, o fa

to de se tratar de um hiper-sistema de classificação e de controle discursivo não impediu que certo regime te_ nesse ser atingido pelos discursos que poderiam vir a ser produzidos no interior desse sistema. E não porque aqui se costuma romper o fluxo da organização da língua e cometer "literatura" no sentido de Barthes, ou porque os discursos aqui proferidos acabem por realizar a utopia de se subtraírem a qualquer tipo de controle e seleção; mas simplesmente porque aquelas mesmas classificações para Barthes coercitivas da língua poderiam ser usadas neste cerrado sistema de classificações discursivas para acusar um outro sistema de classificação, este muito mais opressivo.

É possível que em algum contexto ou circunstância a conclamação ao combate ideológico ao nível de mera subversão interna da linguagem seja de inócuas consequências. Toda a fragilidade, porém, de tal proposta aparece quando o poder anda literalmente cassando a palavra de cidadãos, afinal, muito bem comportados do ponto de vista estritamente lingüístico.